

PARCERIAS INSTITUCIONAIS NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO CORPORATIVA

*Escola de Contas José Borba Pedreira Lapa
Tribunal de Contas do Estado da Bahia*

A Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa (ECPL) é uma nova unidade integrante da estrutura orgânica do TCE/BA, nos termos da Lei Estadual n.º 13.192/2014, que “*Dispõe sobre a criação, transformação e extinção de cargos e funções, a fixação dos vencimentos do quadro de pessoal do Tribunal de Contas, a reestruturação dos órgãos técnicos e administrativos do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, a extinção da autarquia Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria, o processo eletrônico e dá outras providências*”. Criada com competência para promover: (a) a capacitação de recursos humanos; (b) a educação corporativa; e (c) a gestão do conhecimento organizacional no âmbito do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, a ECPL substituiu a Gerência de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Profissional – GEDAP, unidade vinculada ao Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo, à qual cabia o desenvolvimento das ações de formação continuada e em serviço dos servidores da Casa.

A criação da Escola de Contas reposicionou a educação corporativa no âmbito do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, seja pelo redesenho do organograma institucional, que a vincula diretamente à Presidência, seja pela ampliação de competências, que introduziu a gestão do conhecimento e a capacitação de recursos humanos. Vista de forma distinta da competência relacionada à educação corporativa, sendo esta destinada à formação continuada e em serviço dos servidores da Casa, a capacitação de recursos humanos destaca o papel pedagógico do Tribunal de Contas do Estado da Bahia e, mais especificamente, da Escola de Contas, para com outros públicos-alvo: servidores de órgãos jurisdicionados e sociedade (controladores sociais). Tal configuração está em consonância com 'marco de

medição da qualidade e agilidade dos TCs', estabelecido pela Atricon, para o qual esses públicos demandam das Escolas de Contas planos de capacitação específicos.

É importante destacar como elemento orientador para a construção do plano de trabalho da ECPL neste exercício, o quanto exposto no Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Estado 2014-2017, que, em relação à sociedade baiana, definiu entre seus objetivos estratégicos: Contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública Estadual e para o combate à corrupção; **Atuar em parceria com a Assembleia Legislativa e outras entidades (Organismos Internacionais, TCEs, TCMs, TCU, IRB, Atricon, Rede de Controle, Entidades de Classe e Universidades)**; e Promover o envolvimento do cidadão com o TCE.

Isso posto, e elegendo o eixo 'Gestão da Educação Corporativa', nosso propósito neste VI Educorp é compartilhar a experiência da recém-criada ECPL nas ações voltadas para capacitação de servidores, jurisdicionados e controladores sociais, realizadas por meio de parcerias institucionais. A relevância da abordagem aqui defendida está na ideia de que a promoção da qualificação dos quadros da Administração Pública e dos controladores sociais realizada por meio de parcerias institucionais contribui para visibilidade das práticas no serviço público, controle e melhor aproveitamento da capacidade instalada em cada órgão. Vale dizer, otimiza a construção das ações e facilita a sua execução.

A ação por meio de parcerias institucionais não é inédita na experiência das Escolas de Contas. Além das já conhecidas parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e com as Escolas do Legislativo nos diversos Estados, já reportadas em outros encontros da Rede de Escolas Contas, cabe destaque a exitosa parceria por intermédio do Programa de Capacitação Compartilhada IRB, TCs e TCU, que tem viabilizado a capacitação de servidores dos Tribunais de Contas em aspectos centrais para o aprimoramento e padronização das práticas de controle externo no país.

No âmbito da Administração Pública Estadual, a participação no Comitê de Educação Corporativa, órgão consultivo vinculado à Universidade Corporativa do Serviço Público

(UCS-SAEB), tem possibilitado o convívio entre pares, o fortalecimento da rede de representantes e, por meio do compartilhamento de práticas, a ampliação da oferta de ações de capacitação para servidores da Casa. Estão no crédito dessa parceria: Curso de Redação Oficial e Novo Acordo Ortográfico; Curso de Atualização em Licitações e Contratos, Seminário EaD na Educação Corporativa, Curso de Gestão da Educação Corporativa, Treinamento no Sistema FIPLAN – Consultas e Relatórios, Curso Atendimento ao Público, além de dois módulos do Curso de Formação para Novos Agentes Públicos (Administração Pública e Licitações e Contratos).

Ademais, a experiência do Comitê de Educação Corporativa tem se constituído importante espaço de aprofundamento de temas cruciais para a Gestão da Educação Corporativa, a exemplo da produção do Grupo de Trabalho sobre avaliação de impacto/transferência (efetividade) das práticas de educação corporativa no serviço público estadual.

O fortalecimento dessa rede também foi importante na realização de ações destinadas ao público jurisdicionado. Uma delas, em atendimento à demanda de unidades jurisdicionadas por capacitação em prestação de contas de convênios, área de *expertise* do Tribunal, e em articulação com as respectivas unidades de educação corporativa, foi possível oferecer 80 vagas de Treinamento em Nova Metodologia de Análise de Convênios para três Secretarias de Estado: Meio Ambiente, Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação. Em parceria com a Auditoria Geral do Estado e com a Procuradoria Geral do Estado, foi possível partilhar a concepção e realização de um conjunto de estratégias (seminários e encontros técnicos) para o fortalecimento do Controle Interno, por meio da capacitação dos titulares das Coordenações de Controle Interno, unidades dentro da estrutura da Administração Pública Estadual criadas pela Lei 13.204, de 11 de dezembro de 2014.

Nesse sentido, o estabelecimento de parcerias no campo da educação corporativa como estratégia para promoção do aprimoramento do pessoal da Administração Pública Estadual é uma experiência exitosa para os objetivos estratégicos do Tribunal de Contas. Tal compreensão, também compartilhada pelos órgãos parceiros, mobilizou outros projetos e, dentre eles, destacamos a concepção e organização de um seminário de encerramento das

atividades do exercício 2015, no qual serão abordados temas como o direito ao acesso à informação, o combate à corrupção, as parcerias público-privada, a responsabilidade fiscal e o controle social. Juntamente com o TCE, participam desse esforço o Ministério Público Estadual, o Ministério Público de Contas e a Procuradoria Geral do Estado.

A experiência tem revelado que as parcerias institucionais também são produtivas quando o público-alvo é a sociedade. Internamente, a ECPL associou-se à Ouvidoria da Casa no desenvolvimento do projeto 'Caravanas da Ouvidoria', que percorre municípios do estado difundindo a missão do TCE, e no projeto 'A Ouvidoria Vai à Escola', em parceria com a Secretaria de Educação e Instituto Anísio Teixeira, através do qual procura-se fomentar nas novas gerações o espírito público e as competências básicas do controle social.

Além das parcerias institucionais no setor público, relacionadas acima, buscadas e alimentadas exitosamente, a ECPL buscou na iniciativa privada a construção de relações viabilizadoras de outras ações pertinentes à sua missão. Cabe destaque:

1) Universidade Católica do Salvador.

Ao exercer a competência da educação corporativa, visando aperfeiçoar continuamente o corpo funcional, a ECPL buscou celebrar a parceria com a Universidade Católica do Salvador (UCSal), para customizar e viabilizar um curso de pós-graduação *lato sensu* em Controle Externo. A parceria está sendo de fundamental importância para a concretização da ação de oferecimento de especializações aos servidores. Além da necessária chancela institucional e certificação, a parceria da UCSal ensejará a *expertise* necessária para a formatação e gestão do curso, apoio pedagógico e administrativo, uma coordenação científica, a experiência para a aplicação das avaliações e orientação. Em contrapartida, o TCE/BA cederá espaço para a realização das aulas e material de apoio, garantirá a inscrição de 40 alunos e arcará com o custeio de 100 horas/aula dos professores do curso.

2) Instituto de Direito Administrativo da Bahia (IDAB)

Por meio desta parceria, a ECPL está viabilizando a retomada da publicação do periódico "Revista de Gestão Pública e Controle". No âmbito da comunicação institucional e visando

também trabalhar com o controle social, a parceria visa ampliar o escopo das publicações, ao inserir discussões doutrinárias e acadêmicas ao lado das questões e temáticas estritamente vinculadas ao exercício do controle externo. Pretende-se, com a colaboração direta do IDAB, aproveitar a experiência de um Instituto científico para incorporar ao projeto editorial temas voltados à gestão pública e a outras formas de controle.

3) Lato Sensu Eventos

No calendário dos eventos da área de Controle Externo na Administração Pública, o Congresso Brasileiro de Licitações, Contratos e Compras Governamentais, promovido pela Lato Sensu Eventos, é ação consolidada no cenário nacional, tanto pela regularidade de suas edições, quanto pela relevância dos temas abordados e representatividade dos palestrantes convidados. A 11ª primeira edição desse evento, ocorrida entre 12 e 14 de agosto, contou com a participação da ECPL na concepção da programação científica e indicação de palestrantes, tendo sido realizada na oportunidade uma homenagem especial ao Centenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, pela sua atuação no aprimoramento das práticas de Controle Externo.

Nesse contexto, deve-se ressaltar que a busca por parcerias no âmbito da gestão é algo absolutamente pertinente com o novo modelo de Administração Pública. Induvidosamente, os modelos puramente gerenciais, que são hierarquizados, centralizados e herméticos, já não atendem aos anseios e necessidades da sociedade. É premente a adoção de novos métodos de atuação, baseados na *cultura do diálogo*. Diante desse cenário, a pesquisadora social Ana Paula Paes de Paula, ao examinar o caso brasileiro de reforma do aparelho do Estado, concluiu que está se vivendo um período de mutação na gestão pública, a partir da adoção de uma **vertente aberta e multiorganizativa**, pela qual se buscam novas formas de organização e administração do Estado para constituir uma **administração pública societal**. Tal modelo visa estabelecer uma gestão pública que não centraliza o processo decisório e contempla a complexidade das relações políticas, pois **procura se alimentar de diferentes canais de participação**. Para a nova corrente de administrativistas, esse modelo está sendo chamado de **Pluricêntrico** ou **Policêntrico** e se pauta, principalmente, na

inevitável necessidade de se estabelecer **parcerias com outras instituições**, públicas ou privadas, para melhor desempenho de suas atividades.

Em síntese, o relato aqui apresentado aponta para a ideia de que a gestão da educação corporativa por meio do fortalecimento das parcerias institucionais tem significado um caminho sólido e promissor no cumprimento da missão e no alcance dos objetivos da Escola de Contas José Borba Pedreira Lapa - ECPL.